

CAMÃRA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR
MUNICIPAL

Resumo Não Técnico

Dezembro|2013

Ficha Técnica do Documento

Título:	AAE do PDM de Celorico de Basto – Resumo Não Técnico
Descrição:	Resumo não técnico do Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto
Data de produção:	Março de 2013
Data da última atualização:	04 de dezembro de 2013
Versão:	V.02
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo CITOP, Lda.
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Geografia
Equipa técnica:	Ricardo Almendra Geografia Carla Gonçalves Arquitetura Paisagista Elisa Bairrinho Arquitetura Paisagista Susana Peixoto Planeamento Regional e Urbano Raquel Nogueira Engenharia Civil
Consultores:	Manuel Miranda
Código de documento:	024
Estado do documento:	Versão preparada para Consulta Pública – Conferência de Serviços
Código do Projeto:	031030501
Nome do ficheiro digital:	2013_12_04_RNT_v2

ÍNDICE GERAL

1	INTRODUÇÃO	4
2	REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO	5
2.1	ENQUADRAMENTO	5
2.2	ANTECEDENTES	6
2.3	ARTICULAÇÃO DA AAE COM OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM DE CELORICO DE BASTO	8
3	AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	9
3.1	METODOLOGIA	9
3.2	DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	11
3.2.1	<i>Quadro de Referência Estratégico (QRE)</i>	11
3.2.2	<i>Questões Estratégicas (QE)</i>	12
3.2.3	<i>Fatores Críticos para a Decisão (FCD)</i>	13
3.3	ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS POR FCD	16
3.3.1	<i>FCD - Estrutura Urbana</i>	16
	Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas	16
	Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável	16
	Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável	18
3.3.2	<i>FCD - Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável</i>	19
	Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas	19
	Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável	19
	Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável	20
3.3.3	<i>FCD – Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem</i>	22
	Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas	22
	Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável	22
	Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável	24
4	PLANO DE MONITORIZAÇÃO	25
5	CONCLUSÃO	32

ÍNDICE DE ACRÓNIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CMCB	Câmara Municipal de Celorico de Basto
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
ENF	Estratégia Nacional para a Floresta
FA	Fatores Ambientais
FCD	Fator Críticos para a Decisão
QE	Questões Estratégicas
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RPDMCB	Revisão do Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto
PEASAR II	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PESGRI	Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PNA	Plano Nacional da Água
PNAAS	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNTN	Plano Nacional de Turismo da Natureza
PNUEA	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PROF-Tâmega	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega
PROT-N	Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte
RA	Relatório Ambiental
REN	Reserva Ecológica Nacional
RDA	Relatório de Definição de Âmbito

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da Avaliação Ambiental Estratégia (AAE) da Revisão do Plano Diretor Municipal (RPDM) de Celorico de Basto, onde se pretendem apresentar, de forma sintética e resumida, os principais aspetos analisados no RA.

A RPDM de Celorico de Basto está sujeita a um processo de AAE de acordo com o DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e subsidiariamente com o DL n.º 232/2007, de 15 de julho. Este enquadramento legal define como responsável pela AAE o proponente do plano a avaliar, neste caso o município de Celorico de Basto. Esta responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AAE, à determinação do âmbito de alcance da AAE, preparação do RA e respetivas consultas públicas e institucionais e ainda a apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

O objetivo da presente AAE consiste em descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da execução da revisão do PDM de Celorico de Basto e identificar as medidas de minimização a adotar, por forma a diminuir os efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos, contribuindo assim para um desenvolvimento sustentável.

O processo da AAE teve início com a identificação dos temas centrais e mais relevantes para a avaliação, designados por Fatores Críticos para a Decisão (FCD), tendo estes sido objeto de pareceres por parte das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE). Posteriormente foi elaborado o Relatório Ambiental no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação da proposta do Plano.

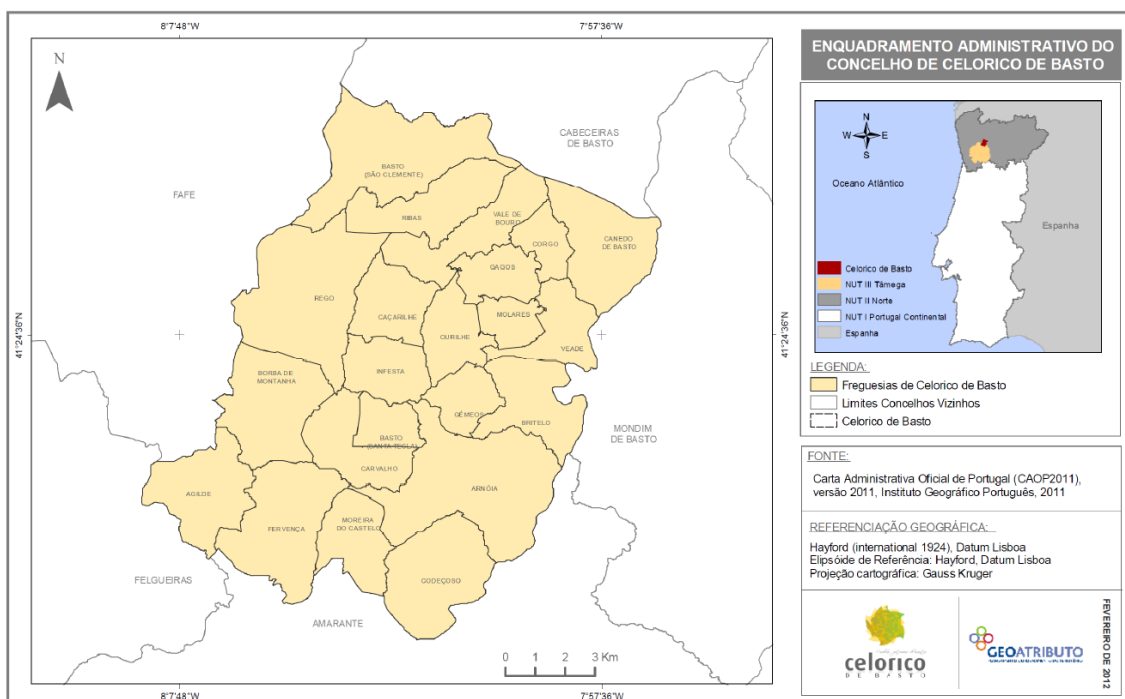
Com a aprovação da proposta do plano será elaborada a Declaração Ambiental (DA) a ser entregue à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), que disponibilizará a sua consulta na página da Internet.

A fase posterior traduz-se no controlo dos efeitos identificados, através da análise dos indicadores descritos no RA (sistema de monitorização), devendo os resultados ser divulgados anualmente pelo Município de Celorico de Basto.

2 REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

2.1 ENQUADRAMENTO

Com uma área de aproximadamente 181 km², o município de Celorico de Basto insere-se na NUT II – Norte e Sub-Região Tâmega (NUT III), encontrando-se limitado pelos concelhos de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Amarante, Felgueiras e Fafe (Mapa 1).



Mapa 1: Enquadramento territorial do concelho de Celorico de Basto

Segundo os dados dos censos de 2011, o concelho apresenta 20098 habitantes, menos 368 habitantes que em 2001, com maior concentração nos meios urbanos, sobretudo na Vila de Celorico de Basto, seguida pelos aglomerados de Fermil, Mota e Gandarela.

2.2 ANTECEDENTES

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Celorico de Basto, atualmente em vigor, viu ratificada a sua aprovação através da Resolução de Concelho de Ministros n.º 85/94, de 20 de setembro, com as alterações introduzidas pela Resolução de Concelho de Ministros n.º 50/2001, de 16 de maio.

Atualmente encontra-se em curso a primeira revisão do PDM, tendo por objeto a necessidade de adequação da estratégia para o concelho face às alterações estruturantes introduzidas com as grandes vias nacionais que atravessam o concelho, de atualização do PDM com a informação disponibilizada pelos planos de urbanização e de pormenor entretanto elaborados, do ajustamento do planeamento do território a uma cartografia mais atualizada e por fim à necessidade de adequar os instrumentos de planeamento municipais ao novo enquadramento legal entretanto produzido.

Para além do PDM, estão em vigor outros instrumentos de ordenamento municipal, a saber:

- PP da Zona Industrial de Celorico de Basto (portaria 585/93);
- PP da Zona Industrial da Lameira – Rego (declaração DGOTDU 172/98 2ª série);
- PP de Reconversão Urbanística da Quinta do Prado – Britelo (declaração DGOTDU 349/98 2ª série);
- PP de Reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal de Leiras do Monteiro – Vinha – Ribas (Resolução do Concelho de Ministros 140/2001 1ª série B);
- PP de reconversão da Área Urbana de Génese Ilegal da Tapada de S. João – Ourilhe (declaração DGOTDU 190/2001 2ª série);
- PP do Pólo de Serviços e Armazéns de Crespos (Resolução do Concelho de Ministros 156/2003);
- PP de S. Silvestre (Resolução do Concelho de Ministros 172/2003);
- PP da Zona da Ribeira (Resolução do Concelho de Ministros 58/2004);
- PU da Vila de Celorico de Basto (Aviso n.º 10652/2012, Publicação em DR, 2ª série, 8 de agosto de 2012).

Face à realidade do concelho e das novas orientações para o ordenamento do território convém salientar aspetos que devem ser considerados na sua revisão, nomeadamente a

resolução de situações de conflito com as condicionantes e os usos de solos existentes, a necessidade de ajustar os perímetros urbanos à atual realidade e às tendências de crescimento. Além disso, é igualmente fundamental retirar dos perímetros urbanos os espaços que não correspondem aos parâmetros de edificabilidade definidos na revisão do PROT-N, salvaguardar as linhas de água que atravessam os aglomerados urbanos e compatibilizar/articular o plano com os outros instrumentos de gestão territorial.

2.3 ARTICULAÇÃO DA AAE COM OS OBJETIVOS DA REVISÃO DO PDM DE CELORICO DE BASTO

Segundo Partidário (2007, pp.38), o “objeto de avaliação em AAE deve-se identificar com os objetivos e as grandes opções estratégicas consideradas num processo de planeamento ou programação”. No presente processo de AAE o objeto de avaliação é o Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto, mais concretamente a sua proposta de revisão, sendo avaliadas as estratégias de desenvolvimento e as opções que traduzem os objetivos consideradas para o plano.

O PDM tem como objetivo estabelecer a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal, garantindo a necessária integração e articulação com orientações estabelecidas pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional. O modelo de organização espacial do território municipal tem tradução, em concreto, na classificação e a qualificação do solo e respetivas normas regulamentares.

Neste contexto, a AAE da revisão do PDM de Celorico de Basto para além de considerar os objetivos estratégicos delimitados nos diversos documentos baseia-se, nesta primeira fase, nos estudos setoriais elaborados para o efeito.

3 AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

3.1 METODOLOGIA

A AAE é um processo integrado no procedimento de tomada de decisão, oferecendo uma perspetiva transversal e promovendo uma abordagem estratégica, que se destina a incorporar uma série de valores ambientais, sociais e económicos nessa mesma decisão. Tem um carácter contínuo e sistemático, contribuindo para a “adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam efeitos negativos significativos no ambiente decorrente da execução do plano” (DL n.º 232/2007, de 15 de junho).

No caso concreto da AAE de Celorico de Basto, esta pretende reforçar a incorporação das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia da revisão do PDM, potenciando os impactes positivos e minimizando os negativos, através da emissão de sugestões visando o melhoramento da proposta, durante a fase da sua elaboração, e da definição de recomendações e de medidas de monitorização para a fase de implementação do PDM, que permitem aferir e reajustar os efeitos resultantes desta.

No seguimento deste objetivo, a presente AAE pretende utilizar uma abordagem estratégica que se desenvolve em três etapas fundamentais:

- Etapa A: Definição de Âmbito (Relatório de Definição de Âmbito);
- Etapa B: Relatório Ambiental (Avaliação dos Efeitos Significativos);
- Etapa C: Consulta Pública, Aprovação do Plano e do RA e Emissão da DA.

Com os conteúdos discriminados no Quadro 1.

Quadro 1: Descrição das tarefas desenvolvidas em cada etapa e correspondente concretização

ETAPA	DESCRIÇÃO	CONCRETIZAÇÃO
A	Foram definidos os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), identificaram-se os critérios e selecionaram-se os indicadores que estabelecem o alcance e o nível de pormenorização a incluir no RA.	A concretização desta etapa realizou-se em fevereiro de 2011, com a apresentação do Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica.
	Recolha, sistematização e organização da informação de base e a elaboração da cartografia de apoio necessária para o processo da AAE.	
	Em conjunto com a definição dos FCD, foram estipulados um conjunto de critérios tendo em consideração as especificidades da área de intervenção e o âmbito do Plano.	

ETAPA	DESCRIÇÃO	CONCRETIZAÇÃO
B	Procedeu-se a uma abordagem dos FCD, avaliando-se os diferentes cenários propostos na elaboração da revisão do PDM de Celorico de Basto e identificaram-se as oportunidades e riscos resultantes do âmbito da futura implementação do Plano.	Os trabalhos conducentes à concretização desta etapa ocorreram durante o segundo semestre de 2011 e foram concretizados com a apresentação do RA em março de 2013.
	Foram verificadas as compatibilidades e sinergias entre as propostas do Plano e as questões ambientais, procedendo-se à avaliação das várias opções e alternativas.	
	Foram identificadas as ações do plano que apresentam efeitos significativos no ambiente, através do cruzamento de questões ambientais e propostas do Plano, verificando assim compatibilidades e incompatibilidades, permitindo identificar estratégias e soluções alternativas a aplicar.	
	Após a avaliação ambiental dos potenciais efeitos resultantes da introdução das propostas de alteração do Plano e da definição de medidas de minimização dos efeitos negativos e de maximização dos efeitos positivos, foi estipulado um Programa de Gestão e Monitorização Ambiental que pretenda garantir a avaliação e o controlo dos efeitos que a implementação do Plano terá no ambiente e no desenvolvimento local/regional.	
C	Legitimação da proposta do Plano e o RA a submissão da consulta pública, onde serão também incluídos os resultados da ponderação da consulta, seguido da aprovação e publicação do Plano.	A concretizar.
	A DA é elaborada na fase posterior à aprovação da proposta de revisão do Plano e a sua publicação em Diário da República.	

3.2 DEFINIÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

A AAE da revisão do PDM de Celorico de Basto baseou-se nos fatores considerados como críticos para a decisão. A seleção destes fatores críticos resultou da análise integrada de:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE);
- Fatores Ambientais, definidos no DL n.º 232/2007, de 15 de junho;
- Questões Estratégicas do Plano (QE).

3.2.1 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO (QRE)

Neste domínio foram identificados e analisados os instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, regional e local que estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade e que enquadram estrategicamente o Plano. Estes são indicados no Quadro 2, ressalvando-se que não se trata de uma lista exaustiva de todos os planos e/ou programas que podem enquadrar o PDM de Celorico de Basto, mas apenas aqueles que apresentam objetivos e/ou metas relevantes para o concelho e se adequam à escala a ao âmbito de um Plano Diretor Municipal.

Quadro 2: Quadro de Referência Estratégico do PDM de Celorico de Basto

ÂMBITO	INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
NACIONAL	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN)
	Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) ¹
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN)
	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU II)
	Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI)
	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II)
	Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPI)
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)

¹ Inclusão de acordo com o comentário do parecer do Instituto de Turismo de Portugal, I.P.

ÂMBITO	INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
	Estratégia Nacional para a Floresta (ENF)
	Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD)
REGIONAL	Plano Regional de Ordenamento do Norte (PROT – N – ainda não foi publicado)
	Plano de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Norte (PADTN)
	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega (PROF T)
MUNICIPAL	Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios

3.2.2 QUESTÕES ESTRATÉGICAS (QE)

A identificação das questões estratégicas tem como objetivo definir as intenções e o alcance do Plano e perceber qual o seu potencial estratégico e as suas implicações ambientais. Esta identificação foi realizada atendendo aos objetivos para a revisão do PDM de Celorico de Basto e apoiada no documento “Objetivos Estratégicos para a Revisão do Plano Diretor Municipal”, que enquadram estrategicamente a elaboração do Plano.

Atendendo à leitura estrita do que se encontra no relatório “Objetivos Estratégicos para a Revisão do Plano Diretor Municipal” e dos objetivos estratégicos aí propostos, sintetizaram-se quatro questões estratégicas:

- a. Adequar a estrutura urbana aos aglomerados, garantindo a sua conectividade interna e externa e dotando-os de uma rede de infraestruturas básicas, de serviços e de equipamentos públicos de qualidade;
- b. Garantir a acessibilidade aos serviços de apoio social, observando a rede de equipamentos existentes;
- c. Melhorar as condições e a adequabilidade para o desenvolvimento das diferentes atividades económicas, promovendo as condições de atração e de acolhimento comercial e empresarial, incluindo o apoio à modernização e adequação das práticas em espaço rural, sobretudo as práticas de vitivinicultura, pecuária e da madeira, bem como as atividades turísticas;
- d. Qualificação ambiental, numa perspetiva integrada de valorização das componentes biofísicas, das áreas verdes, dos espaços públicos e das identidades do concelho, considerando os valores patrimoniais e culturais do concelho.

3.2.3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

Os FCD constituem o esqueleto estruturante da AAE e procuram, essencialmente, apontar para aspetos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e a sua sustentabilidade. Assim, pretende-se avaliar como é que as estratégias do PDM podem dar resposta a estes aspetos críticos.

Os FCD identificados para o presente processo de AAE resultam da análise da interação do QRE, das QE preconizadas na elaboração do PDM e dos FA. Os FCD considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos e/ou negativos), resultantes da aplicação do Plano e sobre os quais a AAE se deve debruçar, e asseguram o tratamento das Questões Ambientais exigidas no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

Assim, no presente caso da revisão do PDM de Celorico de Basto são propostos três FCD que a seguir se apresentam, bem como os respetivos objetivos de sustentabilidade e a sua pertinência (Quadro 3).

Quadro 3: Identificação dos FCD, objetivos e pertinência de avaliação

FCD	OBJETIVOS	PERTINÊNCIA
ESTRUTURAÇÃO URBANA	Promover um sistema urbano equilibrado de contenção da dispersão urbana existente, considerando as perspetivas de otimização de recursos infraestruturais e de acessibilidade minimizando os impactes relacionados com as atividades humanas no ambiente e na população e promovendo a diversidade do espaço urbano.	Contempla os aspetos de contenção da dispersão urbana existente, considerando as perspetivas de otimização de recursos infraestruturais e de acessibilidade, mas também da multifuncionalidade e qualificação de espaços.
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL	Promover um modelo de qualificação territorial competitivo para o acolhimento de atividades que assegurem uma dinamização da economia local e a valorização económica do espaço rural, minimizando os impactes destas atividades nos recursos naturais.	Incide sobre os aspetos de vitalização económica, designadamente sobre os fatores relacionados com a atratividade empresarial, incluindo as atividades tradicionais em espaço rural, numa perspetiva de sustentabilidade dos sectores mais urgentes.

RECURSOS NATURAIS E QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM	Proteger as áreas vitais para a estrutura ecológica municipal, incrementar a fruição dos espaços verdes e dos espaços públicos à população, integrando os equipamentos de utilização coletiva e os elementos patrimoniais e culturais.	Incide sobre a base dos recursos naturais, culturais e paisagísticos que suportam a atratividade no município, constituindo fator distintivo de valorização da qualidade do ambiente urbano e rural, determinantes na imagem do município para a dinamização de atividades.
---	--	---

Para cada FCD definiram-se um conjunto de critérios e os seus objetivos de sustentabilidade, que vão permitir que se perspetive uma tendência de evolução associada a cada FCD. Os critérios apresentados refletem já o acolhimento das ERAE.

Quadro 4: Identificação dos critérios e seus objetivos, por FCD.

FCD	CRITÉRIOS	OBJETIVOS
ESTRUTURAÇÃO URBANA	Compactação e Multifuncionalidade	Assegurar a compactação do solo urbano. Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade.
	Rede Viária e Mobilidade	Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia. Favorecer a utilização dos transportes públicos minimizando os efeitos de poluição do ar e poluição sonora sobre a população e o ambiente.
	Qualidade do Ambiente Urbano	Garantir o acesso aos sistemas de abastecimento de água e à rede de saneamento básico. Garantir a recolha e gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL	Espaços Industriais/Empresariais	Dinamizar o emprego e os espaços empresariais do concelho de modo a incrementar medidas mais sustentáveis. Valorizar os espaços rurais através da promoção de atividades económicas relacionadas com a floresta, as práticas de vitivinicultura e a pecuária (atividades agrícolas e florestais).
	Vitalidade Turística	Promover a atividade turística em espaço rural e urbano e a captação de produtos turísticos sustentáveis.
RECURSOS NATURAIS E QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM	Identidade Cultural	Promover e qualificar os elementos arquitetónicos e arqueológicos.
	Estrutura Ecológica Municipal	Proteger e valorizar a paisagem rural e preservar os elementos fundamentais que asseguram o seu correto funcionamento ecológico.
	Recursos Florestais	Assegurar a preservação da floresta controlando a monocultura florestal e favorecer as espécies autóctones. Diminuir o risco de incêndio florestal.
	Recursos Hídricos	Preservar e valorizar os recursos hídricos.

3.3 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS EFEITOS SIGNIFICATIVOS POR FCD

3.3.1 FCD - ESTRUTURA URBANA

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

As principais tendências negativas relativas ao FCD “Estrutura Urbana” prendem-se com a existência de Áreas Urbanas de Génese Ilegal em espaço urbano, edificação dispersa e linear à rede viária estruturante e uma cobertura de transportes públicos insatisfatória. Verifica-se também o envelhecimento da população e tendência de aumento da taxa de dependência, uma baixa cobertura da rede de saneamento e ainda dispersão dos equipamentos e serviços existentes, com dificuldades de acesso pela população residente em zonas periféricas.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

Face à realidade concelhia, a definição de centros urbanos assume uma importância significativa, uma vez que devem funcionar como base de desenvolvimento do município. Estes, para além de albergarem a maioria da população residente e a principal economia local, devem promover o desenvolvimento da sua comunidade, sendo importante manter a hierarquia urbana na estratégia de investimento.

A proposta segue o modelo de estruturação espacial estabelecido no PDM em vigor, hierarquizando as centralidades em três níveis funcionais, dando destaque para a Vila de Celorico de Basto e os Centros Urbanos de Gandarela, Fermil e Mota.

A presente proposta reitera as proposições do PDM em vigor no que respeita à realização de planos de urbanização para os aglomerados urbanos (Vila de Celorico, Fermil, Gandarela e Mota), mantendo em vigor os planos de pormenor vigentes e reitera a necessidade de planeamento das novas áreas industriais. A definição de áreas de proposta para PP e PU para os principais núcleos urbanos e áreas é positivo, pela perspetiva de programação com maior pormenor das áreas em causa, dotando-as de uma qualificação urbanística superior.

A revisão do solo urbano teve em consideração as orientações do PROT-N e a caracterização da situação urbanística do concelho, ou seja, tendo por base a delimitação do solo urbano

atual e considerando a rede viária, a rede de infraestruturas urbanísticas existentes e previstas, os planos de ordenamento correntes, as operações urbanísticas juridicamente protegidas, a avaliação das áreas de edificação consolidada e/ou em consolidação e a identificação de aglomerados rurais. A revisão dos perímetros reforça a disponibilidade do solo urbano nas freguesias que abrangem os quatro núcleos urbanos estruturantes do concelho e reduz nas freguesias com menor densidade populacional (com exceção para a freguesia de Condeçoso).

O acréscimo de solo urbano proposto reflete-se num aumento substancial dos espaços industriais e num ligeiro aumento das áreas destinadas a habitação e comércio. O aumento da qualidade urbanística e de espaços de recreio e lazer são um fator de atratividade turística.

A proposta do PDM enquadra a implementação do PRN 2000 e a reclassificação da rede viária, de acordo com o que é estabelecido no referido plano. A estrutura da rede viária do concelho é apresentada em três níveis hierárquicos (rede principal, rede secundária e rede local), contribuindo para aumentar a eficiência das infraestruturas existentes e previstas.

A estrutura da rede viária apresenta uma boa articulação e as insuficiências identificadas serão colmatadas com a proposta de construção de novas vias. A concretização da rede viária proposta vai melhorar a acessibilidade e a mobilidade da população dentro do concelho e, acima de tudo, permitir reduzir o tempo de deslocação nas viagens para fora do concelho. Contribui ainda significativamente para a fixação da população residente, uma vez que permite que a mesma tenha acesso mais rapidamente a serviços inexistentes no concelho mas que se encontram localizados nos concelhos vizinhos ou mesmo nas capitais distritais, melhorando assim a perceção da população relativamente ao “isolamento” do concelho.

A Linha do Tâmega que atravessa a zona nascente do concelho e através da qual, outrora, se fazia o transporte ferroviário, será convertida numa ecopista. Neste sentido, o concelho de Celorico de Basto melhora substancialmente o índice de vias pedonais e cicláveis, com um total de 24,14 km de ciclovia, promovendo modos de mobilidade mais ecológicos e com benefícios para a saúde.

No que se refere às infraestruturas de abastecimento e saneamento humano, a proposta da RPDMCB prevê o alargamento da rede de abastecimento de água e de saneamento, nomeadamente a execução de sistemas de abastecimento de Infesta e Santa Tecla, para os quais já existe projeto, e a cobertura da freguesia de Caçarrilhe, a zona de Nespereira na freguesia de Vale do Douro e a parte poente das freguesias de Ribas e S. Clemente. Com a

reestruturação apresentada, o município prevê que o sistema de abastecimento de água em baixa atingirá, até 2020, uma taxa de cobertura de aproximadamente 92%.

Quanto à rede de drenagem de águas residuais, atendendo à reduzida área de abrangência deste sistema, a RPDMCB prevê a construção de novos sistemas de drenagem e a ampliação dos existentes, estimando que o sistema de drenagem de águas residuais de Celorico de Basto seja constituído por 20 sistemas. O objetivo pretendido é que, numa primeira fase estipulada até 2015, 40% da população seja servida por estes sistemas e que em 2021 seja atingida uma taxa de cobertura de 50%, o que representará uma duplicação da cobertura atual. Atendendo à dispersão dos aglomerados e como forma de rentabilização dos custos, é posto em hipótese que nos aglomerados inferiores a 500 habitantes sejam construídos sistemas de tratamento individuais, assegurando o sistema de recolha de lamas.

A estratégia do Plano contemplou as orientações do PERSU na delimitação dos perímetros urbanos. Todo o concelho é abrangido por recolha de resíduos urbanos, pelo menos duas vezes por semanas, quer em termos de recolha indiferenciada quer na recolha seletiva. A corrente revisão prevê ainda o alargamento do Aterro Sanitário do Condeçoso em 8,35 ha.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Reconhece-se um esforço no melhoramento e abrangência dos sistemas de abastecimento e saneamento. No entanto, os resultados esperados até 2021 continuam aquém das metas nacionais estabelecidas no PEAASAR II, ou seja, servir 95% da população com sistemas públicos de abastecimento de água e 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que, para o caso dos sistemas de drenagem de saneamento urbano, o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população.

Ausência de infraestruturas de saneamento programadas nas áreas industriais existentes ou propostas. Nas unidades de planeamento industrial deverá ser assegurada a infraestruturização da rede de saneamento ou alternativas de solução de conjunto para os efluentes industriais.

Dada a proximidade de um aglomerado de baixa densidade localizado a norte do alargamento do Aterro Sanitário de Condeçoso, importa saber quais as medidas de minimização de impactos nesta população, assim como para a passagem de linhas de água no local, que tem como destino próximo o Rio Tâmega.

3.3.2 FCD - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO SUSTENTÁVEL

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

As tendências negativas referentes ao FCD “Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável” incluem a perda da importância do setor agrícola ao nível da população ativa, a diminuição da superfície agrícola utilizada e do número de explorações agrícolas, o envelhecimento dos agricultores e o abandono das terras e fraca oferta de alojamento turístico.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

A atração de empresas e a promoção de emprego são questões vitais para o desenvolvimento do concelho, verificando-se o seu reconhecimento nas linhas estratégicas da proposta do plano, onde se prevê o aumento da disponibilidade de área para a instalação empresarial/industrial. Este aumento é concretizado quer pelo alargamento dos três núcleos existentes, quer pela criação de mais duas novas áreas de atividades económicas.

O modelo de desenvolvimento urbano do plano, assente na constituição de polaridades urbanas, prevê o desenvolvimento de pólos de atividade económica podendo, desta forma, fomentar a atratividade empresarial e a geração de emprego. Assim, a estruturação do modelo territorial beneficia o desenvolvimento económico, com a definição de espaços destinados às atividades económicas e instalações industriais.

Relativamente ao enquadramento urbanístico, mantém-se a norma de disciplinar as áreas empresariais por planos de pormenor, sem prejuízo de serem viabilizadas por operações de loteamento. É ainda possível a instalação de atividades económicas nas restantes categorias de solo, sendo admissível em solo urbano, como uso compatível, *“a instalação de armazéns, unidades industriais e estabelecimentos de manutenção e reparação de veículos automóveis, motociclos ou veículos motorizados em geral, desde que cumpridas as condições regulamentares destinadas a garantir uma correta inserção urbana e submetendo-se às disposições da categoria em causa”*.

Quanto ao dinamismo do setor primário, a linha estratégica da proposta pretende criar condições que promovam o desenvolvimento económico das fileiras da vitivinicultura, da pecuária e da madeira, salvaguardando de igual modo as áreas de maior potencial para as

atividades agro-florestais. Esta dinamização é conseguida pela definição de grandes manchas homogéneas das áreas destinadas a espaços florestais, agrícolas e de uso múltiplo.

Relativamente ao desenvolvimento da fileira florestal, considera-se que a constituição das ZIF é uma oportunidade de potenciar o aumento da produção florestal e dos produtos derivados, devendo a proposta do plano salvaguardar a maior área florestal possível dentro das zonas de intervenção. Importa ainda referir que 21,9% do concelho é abrangido por ZIF.

Com a presente revisão do PDM pretende-se garantir o enquadramento das atividades turísticas, em particular o enquadramento dos empreendimentos turísticos em meio rural, salvaguardando as potencialidades locais. Assim, foi criada a categoria de “Espaços de Ocupação Turística” destinada à instalação privilegiada de empreendimentos turísticos existentes e previstos. De acordo com a análise efetuada, a faixa nascente do concelho beneficiará dos recursos turísticos existentes e propostos. Neste sentido, prevê-se uma evolução positiva no aumento da atividade turística, em especial do turismo rural, e inclusive um possível aumento do número de estabelecimentos que poderão surgir no contexto da execução dos investimentos públicos previstos.

A definição de um modelo de urbanização através de UOPG (Quinta da Agra), PU ou de PP (Reabilitação Urbana do Centro Tradicional) conjuntamente com a requalificação urbana e de enquadramento patrimonial identificadas no programa de execução do plano, contribuem para potenciar as valências turísticas, quer das zonas que já as possam ou quer das que ainda são subaproveitadas. Neste sentido, reconhece que o investimento na dotação de equipamentos culturais e recreativos e de espaços de recreio e lazer proposto pela revisão do plano é um aspeto positivo para o desenvolvimento do turismo no concelho.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Para a captação de investimento, não basta só reservar o uso do solo para as atividades, é necessário dotar o território das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das mesmas, quer em termos de acessibilidades quer em termos de saneamento e abastecimento de água, de forma a permitir a instalação das atividades industriais de acordo com as normas ambientais nacionais e europeias. O concelho de Celorico de Basto tem um grande esforço a fazer no que respeita à rede de saneamento, verificando-se contudo que das áreas propostas

para abrangência de saneamento estão incluídas as zonas industriais existentes ainda não servidas por rede de saneamento (Lameiras), assim como as novas.

O aumento da área empresarial/industrial parece desproporcionado, tendo em conta o tecido económico do concelho, composto essencialmente por microempresas de carácter familiar que dificilmente terão estrutura para se instalarem em pavilhões em zonas industriais. Deverá ser equacionado a capacidade de dinamismo empresarial do concelho, tendo em conta o aumento exponencial das zonas industriais.

Reconhece-se ainda a ausência de estratégias de desenvolvimento empresarial em contexto regional e de articulação com os principais centros de desenvolvimento empresarial e científico da região. Seria importante que as disposições programáticas acompanhassem a estratégia territorial com medidas de incentivo complementares, podendo estas ser de carácter fiscal ou outras.

3.3.3 FCD – RECURSOS NATURAIS E QUALIFICAÇÃO DA PAISAGEM

Principais tendências relevantes para a avaliação das opções estratégicas

A perda da biodiversidade e a erosão dos solos como consequência dos sucessivos incêndios florestais, o desequilíbrio ecológico provocado pela presença de manchas de acácias nas margens do rio Tâmega, a propagação de espécies invasoras/infestantes, o domínio de monoculturas específicas (Pinheiro Bravo e Eucalipto) e a ausência de um *continuum naturale* de modo a preservar os valores naturais e paisagísticos representam tendências negativas no concelho de Celorico de Basto, associadas ao FCD “Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem”.

Opções favoráveis a um desenvolvimento sustentável

Para garantir a proteção e valorização dos valores patrimoniais, a proposta do Plano identifica na sua carta de ordenamento e na carta de património os elementos patrimoniais inventariados, distinguindo-os em 4 níveis de importância. Na carta de ordenamento são igualmente identificadas as respetivas áreas de salvaguarda dos elementos patrimoniais, que no caso do património arquitetónico correspondem a 100 metros. O reconhecimento do património presente no município e a tomada de consciência do seu valor cultural deverá ser um estímulo para a criação do valor económico sobre este setor.

A proposta do Plano contempla duas UOPG que abrangem elementos patrimoniais relevantes para o concelho: o PP de Arnoia abrange a Igreja e Convento de Arnoia e o PP de Reabilitação Urbana do Centro Tradicional abarca todo o Centro Tradicional da Vila de Celorico de Basto, incluindo o seu conjunto patrimonial. Inclui ainda as linhas de ação previstas no plano de execução, relativas à preservação do património e à requalificação da sua envolvente, nomeadamente o arranjo da envolvente do Castelo de Arnoia que abarca o arranjo urbanístico da Aldeia do Castelo, com o objetivo central da melhoria dos acessos e o aumento de estacionamento e a implementação de uma solução que permita a acessibilidade para todas as pessoas ao Castelo de Arnoia.

A presente proposta do Plano contempla a definição da EEM, como forma de proteção e salvaguarda das áreas de maior valor ecológico e fundamentais para o equilíbrio ambiental. A

criação de um *continuum naturale* entre os diversos sistemas contraria a fragmentação dos espaços constituintes da EEM, promovendo a sua consolidação e incentivo ao usufruto. Destaca-se o corredor ecológico do Tâmega, que conjuntamente com a ciclovia estabelecem a sinergia pretendida na articulação de elementos naturais com valor paisagístico e os equipamentos culturais e recreativos a estes associados, podendo contudo ser reforçado com a criação de mais percursos pedestres de ligação entre as áreas de maior dimensão e relevância ecológica ou cultural.

Relativamente à proteção dos recursos florestais, a revisão do plano estipula os espaços florestais de acordo com as orientações estabelecidas no PROF do Tâmega, determinando que as áreas florestais apresentam-se vocacionadas para os usos florestais destinados à promoção da produção florestal e à salvaguarda do equilíbrio ecológico e valorização paisagística, assegurando a preservação do solo, a permanência da estrutura verde e a promoção das atividades de recreio e lazer. Dentro da categoria de espaços florestais são identificadas áreas com condicionamentos ao modo de produção, aplicado a manchas florestais de produção condicionada (que correspondem às áreas florestais integradas no sistema de “áreas com risco de erosão” da REN e manchas de florestas autóctones com a criação de regras que as salvagam. Desta forma, a proposta assegura a delimitação de áreas sensíveis à ocorrência de fatores de risco de degradação ecológica, nomeadamente as áreas de risco de erosão, nas quais devem ser adotadas as normas e modelos de silvicultura por função de proteção definidas no PROF T e adequados os modelos de reflorestação com predominância de espécies autóctones.

As áreas florestais percorridas por incêndio são demarcadas, onde é proibida a realização de obras de construção de quaisquer edificações, o estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam causar um impacto ambiental negativo, a substituição de espécies florestais por outras técnica e ecologicamente desadequadas, o lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes e o campismo fora de locais destinados a esse fim (DL n.º 17/2009, de 14 de junho), pelo período de 10 anos a contar da data do incêndio. Assim como, foram identificadas as áreas de perigosidade de incêndio alta e muito altas regulamentadas de acordo com a legislação em vigor (DL n.º 124/2006, de 28 de Junho, com redação dada pelo DL n.º 17/2009, de 14 de Janeiro) a interdição à edificação.

Os recursos hídricos são integrados na categoria de “Espaços Naturais”, na qual se privilegia a proteção e preservação das suas potencialidades naturais, assim como dos seus valores de

fauna e flora associados. Integram esta categoria os leitos dos cursos de água e suas margens, exceto nas extensões que se localizem em espaços integrados em solo urbano. Nestes espaços, apenas se admitem os usos compatíveis com o seu estatuto natural, sem prejuízo de outros condicionamentos legais ou regularmente aplicáveis. Os cursos de água e as margens inseridos em meio urbano enquadram-se nas normativas do Domínio Público Hídrico, devendo respeitar não só o seu curso natural como assegurar que são garantidos os espaços de permeabilização necessários para o seu correto funcionamento hidrológico.

Ainda no quadro da qualificação da paisagem e proteção dos recursos naturais a proposta do plano incluiu a revisão da REN do concelho. Esta redelimitação prendeu-se com a necessidade de reavaliar os critérios adotados e com a definição de novos critérios adaptados às efetivas características biofísicas do concelho. Dos sistemas da REN identificados, debruçamo-nos sobre as zonas ameaçadas por cheias por constituírem um risco para as populações e bens, podendo ter consequências nefastas especialmente se ocorrerem em áreas urbanas.

Relativamente à suscetibilidade de risco de cheia de inundações no concelho de Celorico de Basto, foram identificadas algumas áreas associadas aos rios Tâmega, Freixeiro e Veade localizadas nas freguesias de Canedo de Basto, Veade, Britelo e Arnoia. Estas áreas foram, na sua maioria, enquadradas na categoria de Espaços Naturais e identificadas na carta de condicionantes, sendo-lhes aplicados os condicionamentos legais em vigor. Não existem, portanto, áreas urbanas em sobreposição às áreas de risco de cheias.

Opções com riscos potenciais para um desenvolvimento sustentável

Apesar da proposta contribuir para a proteção dos recursos florestais, pensa-se que a não definição de planos de ação específicos para o controlo de espécies infestantes localizadas no vale do Tâmega pode constituir um fator potencialmente negativo, na medida em que estas espécies representam um risco acrescido na expansão das áreas florestais e por ser uma espécie altamente prejudicial na manutenção do equilíbrio ecológico e paisagístico de uma das zonas turísticas mais atrativas do concelho. Crê-se ainda que estrutura de minifúndio da propriedade florestal disseminada pelo território disperso constitui um fator de risco no que respeita aos incêndios florestais.

4 PLANO DE MONITORIZAÇÃO

É estabelecido no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001, de 4 de maio que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção de medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos previstos.”

Na monitorização do Plano (Fase de Seguimento) a utilização de indicadores é uma ferramenta essencial na gestão e avaliação das opções tomadas, permitindo monitorizar os impactes estratégicos resultantes da implementação das opções estratégicas e das medidas do Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto.

A definição dos indicadores teve em consideração a necessidade de estes serem quantificáveis, permitindo o controlo ambiental da execução do Plano. Este define, igualmente, um Programa de Monitorização no qual estipula um conjunto de indicadores que pretendem avaliar o grau de implementação das medidas. Deste modo, o Plano de Monitorização da AAE pretende complementar o do Plano, assegurando o envolvimento de todos no acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal de Celorico de Basto. Fica assim estabelecido o acompanhamento permanente da execução do Plano, tão importante para “trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão” (Partidário, M., 2207, pp.25).

O Plano de Monitorização estrutura-se num conjunto de indicadores que assegurarão a avaliação da evolução da implementação do Plano em termos de efeitos ambientais, como se pode observar nos seguintes quadros.

Quadro 5: Descrição dos indicadores para o FCD “Estruturação Urbana”

Critério	Objetivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade de medida	Periodicidade	Fonte	Meta
Compactação e Multifuncionalidade	Assegurar a compactação do solo urbano	Densidade de edifícios por perímetro urbano	N.º/ha	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Solo Urbano Consolidado	%	Quinquenal	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Licenciamento de habitação em solo rural	N.º	Anual	CMCB	Reduzir/anular
		Índice de implantação de edifícios por perímetro urbanos	N.º/ha	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Taxa de execução das UOPG	%	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
	Garantir a multifuncionalidade dos espaços urbanos e o acesso a serviços de proximidade	Capitação de espaços verdes públicos	m ² /hab	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Intervenções de requalificação do espaço público	Nº	Anual	CMCB	Manter/Aumentar
		Taxa de execução da carta educativa	%	Anual	CMCB	Concluir
		Taxa de cobertura dos equipamento se serviços de apoio à população idosa	%	Anual	CMCB e IPSS	Aumentar/Intensificar
		Serviços de saúde	N.º médicos /1000 hab.	Bianual	CMCB e SNS	Aumentar/Intensificar

CRITÉRIO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	META
Rede Viária e Mobilidade	Reforçar a conectividade entre aglomerados urbanos e a rede extra concelhia	Relação das vias projetadas e executadas	%	Anual	CMCB e EP	Aumentar/Intensificar
		Tempo de deslocações por tipo de meio de transporte	Minutos/meio de transporte	Anual	INE	Reduzir
		Tráfego Médio Horário de veículos ligeiros e pesados	Veículo/hora	Anual	CMCB/E.P	Não aplicável
		Movimento Pendulares	N.º de entradas e saídas do concelho para trabalho ou escola	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
	Favorecer a utilização dos transportes públicos ou outros meios de deslocação não poluentes	Cobertura da rede de transportes públicos	%	Bianual	Empresas concessionárias/CMCB	Aumentar/Intensificar
		Utilizadores na Rede de Transporte Públicos	N.º	Anual	Empresas concessionárias/CMCB	Aumentar/Intensificar
		Extensão de vias pedonais e ciclovias	km	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Qualidade do ar	N.º de dias em incumprimento	Anual	CCDR_N	Não aplicável
		População exposta ao ruído ambiente	N.º	Anual	CMCB/APA	Não aplicável

Quadro 6: Descrição dos indicadores para o FCD “Desenvolvimento Socioeconómico Sustentável”

CRITÉRIO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	META
Espaços Industriais/Empresariais	Dinamizar o emprego e os espaços empresariais	Taxa de ocupação dos espaços destinados às atividades industriais/empresariais	%	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		N.º de empregos gerados por ramo de atividade	N.º	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		N.º de Estabelecimentos Instalados por ramo de atividade	N.º	Anual	GEP	Aumentar/Intensificar
		Produção de Resíduos Industriais	Ton	Anual	EGF	Diminuir/minimizar
		Empresas com plano de gestão de resíduos	N.º	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Indústria servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	%	Anual	CMCB	Totalidade
	Valorizar os espaços rurais	Área florestal com Plano de Gestão Florestal	%	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Povoamentos florestais certificados	N.º	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	%	Bianual	DRAPN	Manter/Aumentar
		N.º de instalações agrícolas e de explorações florestais	N.º	Anual	CMCB	Manter/Aumentar
		População ativa empregada no sector agrícola	%	Anual	INE	Manter/Aumentar
		Área destinada à produção de vinha	ha	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar

CRITÉRIO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	META
Vitalidade Turística	Promover a atividade turística	N.º de percursos pedestres e de interpretação da natureza	N.º	Anual	Turismo de Portugal/CMCB	Aumentar/Intensificar
		N.º de empresas de promoção de atividades turísticas em espaço rural	N.º	Anual	Turismo de Portugal, CMCB	Aumentar/Intensificar
		Recursos turísticos, diferenciados por tipo	N.º	Bianual	CMCB	Não aplicável
		Eventos culturais promovidos	N.º	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Variação do N.º de Turistas ano	Turista/ano	Anual	TP e CMCB	Aumentar/Intensificar
		Capacidade de alojamento por tipologias e categorias	N.º	Anual	TP e CMCB	Aumentar/Intensificar
		Empreendimentos turísticos classificados	N.º	Anual	TP e CMCB	Aumentar/Intensificar
		Estabelecimentos turísticos de alojamento local	N.º	Anual	TP e CMCB	Não aplicável
Taxa de ocupação	%	Anual	TP e CMCB	Não aplicável		

Quadro 7: Descrição dos indicadores para o FCD “Recursos Naturais e Qualificação da Paisagem”

CRITÉRIO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	META
Identidade Cultural	Promover e qualificar os elementos arquitetónicos e arqueológicos	Intervenções na envolvente ao património classificado	N.º	Anual	CMCB	Não aplicável
		Imóveis ou conjuntos com interesse patrimonial alvos de operações urbanísticas com vista a sua valorização/recuperação	N.º	Anual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Prospeções em áreas de património arqueológico	Ha	Quinquenal	CMCB e IGESPAR	Não aplicável
Estrutura Ecológica Municipal	Proteger e valorizar a paisagem rural e preservar os elementos fundamentais que asseguram o correto funcionamento ecológico.	Medidas de Integração paisagística	N.º e tipologia	Bianual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Valor Ecológico do Território	Ha	Bianual	CMCB	Aumentar/Intensificar
		Ocupação do solo nas áreas e envolvente aos sítios com interesse paisagístico	Área/ uso do solo	2 Anos	CMCB	Não aplicável

CRITÉRIO	OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTE	META
Recursos Florestais	Assegurar a preservação da floresta autóctone	Floresta ocupada por povoamentos de espécies autóctones	Ha	Anual	CMCB e AFN	Aumentar /Intensificar
		Investimento em medidas de controlo de espécies invasoras	€	Anual	CMCB e AFN	Aumentar /Intensificar
		Ações de Reflorestação em zonas com risco de erosão	N.º	Bianual	CMCB e AFN	Aumentar/Intensificar
	Diminuir o risco de incêndio florestal	Área florestal ardida	Ha	Anual	CMCB e AFN	Reduzir / anular
		Área florestal ardida recuperada ou em vias de recuperação	Ha	Anual	CMCB e AFN	100%
		Quantificação dos danos materiais e humanos	€	Anual	CMCB e AFN	Não se aplica
Recursos Hídricos	Preservar e valorizar os recursos hídricos	Investimento no ordenamento das margens dos cursos de água	€	Anual	CMCB	Aumentar /Intensificar
		Número de focos de degradação do meio hídrico (p. ex. descargas de efluentes não tratados).	N.º	Anual	CMCB	Anular a existência de pontos de descarga de efluente com tratamentos deficientes
		Área inundável em solo urbano	m ²	Anual	CMCB	Reduzir / anular
		Qualidade da água subterrânea e superficial	% ²	Anual	APA	100%

² N.º de parâmetros conformes analisados abaixo do valor da legislação aplicável

5 CONCLUSÃO

A utilidade e as potencialidades do processo de AAE, enquanto instrumento de apoio à tomada de decisão, não dependem exclusivamente do próprio processo de avaliação, mas também de outros fatores, como as opções dos decisores em sede de elaboração e apreciação do Plano. Para este caso específico, o processo que sustentou o presente relatório terá dado um contributo concreto para a solução final encontrada ao nível da proposta do PDM, representando um contributo substantivo para a forma como a proposta do Plano acaba por ser apresentada e, em particular, para as medidas e ações preconizadas por esta.

Verificamos que o processo da AAE permitiu a identificação de objetivos de proteção ambiental, de efeitos significativos e de medidas preventivas, e a sua associação às propostas do Plano, apontando igualmente um conjunto de recomendações que visam a mitigação dos eventuais efeitos negativos e potenciação dos efeitos positivos sobre o ambiente.

Para além dos contributos apresentados, em sede de RA, foram vários os momentos em que o procedimento contribuiu efetivamente para o processo de revisão do PDM, em particular na participação em diversas reuniões, com destaque para as da Comissão de Acompanhamento.

Foi também dado um contributo no sentido de garantir que essa informação, a sua sistematização e a uniformização das fontes e datas de referência, seriam consistentes e coerentes com os objetivos propostos, quer para a concretização do Plano, quer para a avaliação deste.

Refira-se, por último, que os momentos de consulta das ERAE, em particular no que diz respeito à RDA, também geraram ocasiões/oportunidades que permitiram à equipa da AAE, em conjunto com os demais intervenientes, uma eficaz reflexão conducente à integração dos diferentes contributos apresentados, reforçando a abordagem e resposta de conjunto.